



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIA JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP

**Ademisa Silva dos Santos**

**Um estudo da ótica universitária sobre a Lei de Cotas nas  
universidades brasileiras, a partir da análise quantitativa de  
textos.**

**Rio de Janeiro**

**2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIA JURÍDICAS E POLÍTICAS – CCJP  
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Ademisa Silva dos Santos**

**Um estudo da ótica universitária sobre a Lei de Cotas nas  
universidades brasileiras, a partir da análise quantitativa de  
textos.**

Monografia apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Graduação em Administração  
Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador Profº Dr. Steven Dutt Ross.

**Rio de Janeiro**

**2023**

Dedico esse trabalho a todos os alunos de Universidades deste país que ingressam pelo sistema de cotas, sabemos de cada dificuldade enfrentada e de cada obstáculo e é por vocês que engajo esta pesquisa, para que nossa voz seja ouvida.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero deixar registrado neste espaço, toda minha gratidão aos que passaram na minha vida e vivenciaram, de uma certa forma, toda minha luta diária para chegar até aqui. À Deus que sempre me fortaleceu e ouviu as minhas preces. Meu esposo Wagner que sempre me motivou a concluir minha graduação acreditando no meu potencial, meu filho Vicente Gabriel que chegou de repente em nossas vidas e preencheu um vazio que eu já não sabia mais como lidar e me motiva todos os dias para que eu alcance os meus objetivos de vida, tanto pessoal quanto profissional, minha mãe Elisabete que sempre deixou claro seu orgulho por ser a primeira pessoa da família a ingressar em uma Universidade, minha irmã Andresa que demonstra que todo meu esforço em ser seu exemplo tem valido a pena.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) por todo suporte acadêmico e toda estrutura, mesmo que dentro do permitido, me concedeu para todo aprendizado adquirido e todas as pessoas que tive oportunidade de conviver, profissionais exemplares e de grande paixão pelo que fazem.

Ao meu orientador professor Dr. Steven Dutt Ross, que me acudiu no maior momento de desespero e topou enfrentar essa junto comigo, me dando muito suporte, atenção, ensinamento e luz para que tudo fluísse naturalmente. Em especial a professora Dr. Raquel Barbosa Moratori que sempre acreditou em mim no meu momento mais conturbado, dividiu comigo coisas pessoais e me deu ouvidos para acreditar no meu potencial.

Aos meus amigos, que fiz durante a graduação, que acreditaram em mim e nunca desistiram de me motivar para concluir mais esse passo na minha vida, cientes de todas as dificuldades enfrentadas.

E por último, mas não menos importante, as minhas comadres Bárbara e Carla que seguraram a minha mão em diversos momentos e foram ouvidos e ombros necessários para a minha retomada.

## RESUMO

Em 2012 foi implementada a Lei de Cotas para as Universidades deste país e com ela foi instaurado o Sistema de Cotas para ingresso de novos alunos para as redes públicas e privadas de ensino superior. Neste estudo o objetivo é analisar os trabalhos publicados pelos docentes e discentes das universidades brasileiras, nos anos de 2012/2013 e 2021/2022 para observar qual o quantitativo, dentre os trabalhos propostos, são “Contra” ou “A Favor” do Sistema de Cotas e se há alguma divergência de opiniões com o passar da última década.

Para isso, o método utilizado foi a Análise Quantitativa de Texto (AQT), sobre os 131 trabalhos estudados, que apresentou um contexto histórico da variação de palavras usadas em títulos desse material extraído através do Google Acadêmico e alinhado em um banco de dados no Microsoft Excel, a fim de compreender o que motivou os discentes que seguem a linha de serem “Contra” ou “A Favor” da Lei de Cotas.

A avaliação da linha de pensamento entre o grupo com aceitação a Lei de Cotas e os que não aceitam está descrita como polaridade. Essa polaridade de ideias é a base da análise final para a construção do retorno do objetivo geral desta pesquisa. Como resultado pode ser verificado que os 83 trabalhos estão categorizados no grupo de aceitação e 48 trabalhos no grupo contrário mas se manteve constante essa diferença ao longo dos anos, constatando o objetivo principal desta pesquisa sobre a relevância do tema em questão ainda ser pauta no mundo acadêmico. Ainda foi observado que as linhas de pensamento do grupo de aceitação (que são trabalhos que os autores descrevem seu direcionamento da pesquisa para o lado favorável as Cotas) ou grupo contrário (trabalhos em que os autores direcionam em seus resumos a intenção de serem contra as Cotas nas Universidades) ao Sistema de Cotas, nos anos atuais, tomou um rumo diferente ao pensamento do grupo dos anos iniciais a vigência da Lei.

**Palavras-chave:** Lei de Cotas, Políticas Públicas, Universidades, Sistema de Cotas, Linguagem R.

## ABSTRACT

In 2012, the Law of Quotas for Universities in this country was implemented and with it the Quota System was established for the admission of new students to public and private higher education networks. In this study, the objective was to analyze the works published by professors and students of Brazilian Universities, in the years 2012/2023 and 2021/2022, to observe which number, among the proposed works, are “Against” or “In Favor” of the Quota System and whether there are any differences of opinion as the last decade passes.

For this, the methodology used was the quantitative analysis of text, on the 131 extracted works, which presented a historical context of the variation of words used in titles of the works extracted through Google Scholar and aligned in a database in Microsoft Excel, the in order to understand what motivated the students who follow the line of being "Against" or "In Favor" of the Quota Law.

The evaluation of the line of thought between the group that accepts the Quota Law and those that do not is described as polarity. This polarity of ideas is the basis of the final analysis for the construction of the return of the general objective of this research. As a result, it can be seen that the 83 works are categorized in the acceptance group and 48 works in the opposite group, but this difference has remained constant over the years, confirming the main objective of this research on the relevance of the subject in question to still be an agenda in the world. academic. It was also observed that the lines of thought of the acceptance group (which are works in which the authors describe their research direction in favor of Quotas) or the opposite group (works in which the authors direct in their abstracts the intention of being against the Quotas) Quotas at Universities) to the Quota System, in recent years, has taken a different direction to the thinking of the group in the early years of the Law.

**Keywords:** Quota Law, Public Policy, Universities, Quota System, R Language.

## LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 – Amostra da base de dados criada no Microsoft Excel.....	20
Figura 2 – Processo de coleta de informações e criação dos resultados.....	
Gráfico 1 – Amostra por polaridade.....	24
Gráfico 2 – Amostra por ano de publicação.....	25
Gráfico 3 – Amostra por ano de publicação e polaridade.....	26
Gráfico 4 – Amostra por ano de publicação e tipo de trabalho.....	27
Figura 3 – Nuvem de palavras em conotação geral.....	29
Figura 4 – Nuvem de palavras em conotação positiva.....	29
Figura 5 – Nuvem de palavras em conotação negativa.....	30
Gráfico 5 – Frequência de palavras positiva x negativa.....	32
Gráfico 6 – Frequência de palavras 2012 x 2022.....	34
Figura 6 – Rede de Co-ocorrência dos Termos.....	35
Figura 7 – Mapeamento do quantitativo de trabalhos coletados por estado.....	36

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Ação Afirmativa
AQT	Análise Quantitativa de Textos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBA	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LD	Lei de Cotas
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
R	R-core
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UPEG	Universidade Estadual de Ponta Grossa



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1	Objetivo Geral.....	13
1.2	Objetivos Específicos.....	13
1.3	Hipótese da Pesquisa.....	13
1.4	Relevância da Pesquisa.....	13
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>15</b>
2.1	Políticas Públicas Educacionais.....	15
2.1.1	Reuni.....	16
2.1.2	Prouni.....	16
2.1.3	Sisu.....	16
2.1.4	Lei de Cotas.....	17
<b>3</b>	<b>MÉTODO.....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADO DE PESQUISA.....</b>	<b>23</b>
4.1	Gráfico por Polaridade.....	23
4.2	Gráfico por Ano de Publicação.....	24
4.3	Gráfico por Ano de Publicação x Polaridade.....	25
4.4	Gráfico por Tipo de Trabalho x Polaridade.....	26
4.5	Nuvem de Palavras.....	27
4.5.1	Nuvem de Palavras Geral.....	27
4.5.2	Nuvem de Palavras – Positivas.....	28
4.5.3	Nuvem de Palavras – Negativas.....	29
4.6	Ranking de Palavras.....	31
4.6.1	Por Polaridade.....	31
4.6.2	Por Ano de Publicação.....	33

4.7 Rede de Co-ocorrência dos Termos.....	34
4.8 Mapa de Distribuição dos Trabalhos Publicados.....	35
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXO A – Lei 9.394/1996.....</b>	<b>43</b>
<b>ANEXO B – Lei 12.7011/2012.....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXO C – Lista de Palavras Excluídas.....</b>	<b>47</b>

## 1. Introdução

A história da educação no Brasil é recente e vem atravessando algumas décadas de pensamentos diversos sob a perspectivas de seus representantes políticos. Neste presente estudo analisa-se o pensamento dos discentes das Universidades Brasileiras sobre as políticas públicas educacionais no ensino superior, basicamente na Lei nº 12.711/ 2012, a LD - Lei de Cotas (BRASIL, 2012).

Mas para entender a Lei de Cotas levantou-se alguns pensamentos expostos sobre a construção da educação do país a partir da Lei nº 9.394/1996, a LDBA - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996) - lei essa que regulamenta o sistema educacional brasileiro e ajuda a identificar como deve ser igualitária e primordial a educação para seguirmos uma evolução da sociedade. Sendo uma lei geral e orgânica cabem diversas interpretações e deixa a cargo de seus representantes a forma que mais convêm usá-la no âmbito jurídico flexível em que vivemos.

“Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”  
(BRASIL, 1996)

Art.2 “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996)

A partir disso, entende-se que a educação deve ser um pilar da sociedade, onde está o desenvolvimento para uma boa convivência humana e em todas as relações, seja ela pessoal ou profissional. Traz, também, uma reflexão de dever do Estado garantir a educação como um retorno do desenvolvimento em prol de trabalho e renda para este país, baseando sempre nos princípios de igualdade de acesso, liberdade de conhecimento, pluralidade de ideias, respeito, coexistência, gratuidade de ingresso ao ensino, valorização do professor, gestão democrática, garantia de padrões de ensino, vínculo do trabalho – escola, diversidade étnica e a diversidade cultural.

Sabendo-se de todas as etapas que se passa em um período acadêmico, chegamos ao caminho deste estudo, a Educação Superior, onde profissionalmente cidadãos se capacitam para exercer atividades remuneradas e tornam-se uma sociedade mais aprofundada sobre seus direitos, deveres e poder de argumento. No ensino superior existe uma maior divergência de informações, onde há o impacto de toda uma etapa de crescimento educacional com uma maior diversidade de ideias e culturas.

Com isso, parte desse estudo é identificar como os discentes se expressam em seus trabalhos acadêmicos, visando ainda mais a democracia racial, que é algo que vem sendo pautado a anos no país, principalmente no quesito educacional. A discussão sobre políticas públicas encontrou (e até hoje encontra) sérias dificuldades para chegar em um consenso ideal para uma melhor efetivação das políticas em prol dos jovens estudantes.

Considerando a educação como carro-chefe dos discursos de toda classe política brasileira, independente do seu posicionamento no espectro político, o discurso é um só: “o país que almeja ocupar posição de destaque no contexto internacional tem que combater os índices de desigualdades sociais, tem que melhorar seu índice de desenvolvimento humano (IDH); e o caminho é investir na educação, universalizando o ensino básico e democratizando o acesso ao nível superior” (SILVA FILHO, 2018, p.9).

## **1.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral deste estudo é analisar a produção acadêmica dos discentes das universidades brasileiras sobre a Lei de Cotas e verificar as mudanças no quantitativo dessas produções com o passar da última década que se instituiu o Sistema de Cotas, atribuindo isso a quantidade de trabalho produzidos sobre o tema em comparação aos anos iniciais da lei (2012 – 2013) e aos anos mais recente (2021 – 2022).

## **1.2 Objetivos Específicos**

a. Identificar a polaridade desses trabalhos produzidos, originário dos grupos que são contra ou a favor do sistema de cotas, também se aplicando aos anos iniciais da lei (2012 – 2013) e aos anos mais recente (2021 – 2022).

b. Comparar através de uma nuvem de palavras a tendência das palavras usadas nos títulos dos trabalhos extraídos da fonte de dados pela polaridade “A Favor” ou “Contra” e classificar em uma escala de quantidade.

c. Produzir uma rede de co-ocorrência das palavras e verificar suas ligações dentre os títulos dos trabalhos em análise

d. Criar uma cartografia com as regiões com maior quantitativo de trabalhos extraídos para essa pesquisa, sinalizando a sua frequência por estado.

## **1.3 Hipótese da Pesquisa**

A hipótese deste estudo com as informações absorvidas é identificar e afirmar que os discentes das universidades brasileiras tiveram mudanças em suas ideias, em relação ao Sistema de Cotas, após uma década de sua aplicação no ingresso ao ensino superior. Na projeção de que com mais clareza, as pessoas tenham se adaptado a nova lei e a que ela esteja funcionando em sua conformidade.

## **1.4 Relevância da Pesquisa**

Identificar esse avanço é uma relevância ao estudo, para que possa ser analisado de que forma a política pública vem sendo eficaz em suas aplicações e como a sociedade, pode ou vem contribuir para essa efetivação.

Vale ressaltar que esta pesquisa tem ampla relevância e motivação para a pesquisadora de modo pessoal, a autora desta pesquisa ingressou na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), por meio do Sistema de Cotas no ano de 2014, pelo quesito de cotista por escolaridade pública e renda per capita inferior a um salário mínimo e meio.

Em análise as diversidades encontradas, ao se adaptar ao novo universo apresentado pela instituição e o convívio com diversos alunos de classes distintas, se apegou a esse tema em debate com o intuito de identificar quais eram as óticas dos outros discentes sobre o Sistema de Cotas e se ao longo dos anos isso tinha se perpetuado ou modificado, não somente nas universidades do estado do Rio de Janeiro, mas em outras do país que pudesse ter acesso.

Por fim, a pesquisa se debruça e se aloca em quatro capítulos, para analisar de forma quantitativa as bases coletadas.

Em primeiro a Introdução, até aqui já dita, que apresenta a motivação da pesquisa, seus objetivos e hipóteses bem como a base inicial para alavancar o estudo.

Em segundo a Lei de Cotas, tema abordado como primordial na busca de respostas sobre a ótica universitária.

Em terceiro a método quantitativo utilizado neste estudo e de forma se busca o resultado necessário.

E em quarto os resultados obtidos das análises de dados levantadas através do Banco de Dados criado em pesquisa primária ao site do GOOGLE ACADÊMICO que é uma ferramenta gratuita do Google que viabiliza o acesso a livros digitais, revistas científicas e artigos que facilitam o processo de pesquisa, publicados por diversos alunos em universidades brasileiras.

## **2. Revisão de Literatura**

### **2.1 Políticas Públicas Educacionais.**

A partir de 2012, com a criação da Lei nº 12.711, que mudamos o cenário das Universidades Brasileiras, entendendo que na educação superior os estudantes originários de escolas públicas tendem a se deslocar para instituições privadas - que apresentam, em média, um nível de aceitação profissional inferior ao das universidades públicas - uma vez que encontram maiores dificuldades nos processos seletivos, devido à alta concorrência diplomática.

Segundo Bourdieu (2007, p. 56 apud Caprara, 2020) “a escola privilegia os privilegiados, pois não leva em conta a disparidade cultural anterior à entrada dos alunos no seu jogo. São aplicados métodos semelhantes, avaliações semelhantes e pedagogias semelhantes para pessoas portadoras de habitus de classe bastante desiguais, principalmente no que tange ao capital cultural. “É, enfim, a lógica própria de um sistema que tem por função objetiva conservar os valores que fundamentam a ordem social”.

Deste modo, adentra-se na análise das Ações Afirmativas (AA), onde “Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, de garantir a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros”. (Ministério da Justiça, 1996, GTI População Negra). Considerando assim que as AAs podem ser um caminho para a “igualdade social” em forma de democracia.

“Portanto, o passado escravista, associado à manutenção de um sistema político e educacional pouco democrático, são as bases históricas para se entender as intensas desigualdades educacionais observadas na educação brasileira contemporânea”. (Rosemberg, 2004, p.5.)

Rosemberg ainda afirma que:

“a seletividade econômica e étnico-racial do ensino superior brasileiro continua intensa: o segmento composto pelos 20% mais ricos ocupa 70% das matrículas no ensino superior brasileiro, ao passo que os 40% mais pobres ocupam apenas 3% das vagas. De modo equivalente, 78,5% dos estudantes do ensino superior são brancos, apesar de os brancos representarem 55% da população brasileira, 52% do total de estudantes (em todos os níveis de ensino e de todas as idades) e 58% dos estudantes do nível secundário”. (Rosemberg, 2004, p.9.)

As universidades públicas gratuitas e de melhor qualidade, geralmente mais que as universidades privadas, são cobiçadas e as que dispõem de cursos mais seletivos aos quais têm maior acesso estudantes brancos, estratos médios e superiores de renda e, paradoxalmente, os que frequentaram o ensino elementar e médio no sistema privado. Desde a ditadura, o número de vagas no ensino superior público permanece relativamente estável, tendo ocorrido maior expansão no sistema universitário privado. Assim, o ensino superior brasileiro constitui um nicho importante para os setores médios da população brasileira, seja como local de trabalho (para docentes homens e mulheres), seja para estudantes. (Rosemberg, 2004, p.9.)

Diante desse panorama, nosso estudo se volta a Educação Superior Brasileira e percebe que desde 2005 o governo vem atribuindo programas para facilitar o ingresso de jovens brasileiros a essas instituições, como:

**2.1.1** Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (**REUNI**), que amplia as condições de acesso, permanência e interiorização da educação superior pública auxiliando as Universidades a enfrentar certos conflitos que dificultam o ingresso de novos alunos, expandindo seu quantitativo de vagas e apresentando periodicamente planos de reestruturação para se adequar a esse novo cenário (BRASIL, 2007);

**2.1.2** O Programa Universidade para Todos (**ProUni**) que é um programa de inclusão educacional onde apoia estudantes brasileiros que não possuem condições financeiras de ingressar em uma graduação e garantir sua permanência durante todo o curso por meio de concessões de bolsas de estudo que vão de 50% (parciais) a 100% (integrais) das mensalidades. (BRASIL, 2004);



**2.1.3** O Sistema de Seleção Unificada (**SISU**), que objetiva selecionar os candidatos a graduação para as vagas ofertadas pelas instituições públicas de ensino superior tomando como base a nota do Exame Nacional do Ensino Médio – **ENEM**

**2.1.4** Lei de Cotas (BRASIL 1, 2012) que, como as demais, têm atuado de forma complementar, por meio de ações focalizadas, para democratizar o acesso ao ensino superior que existente no Brasil, desde de agosto de 2012, compete em reservar 50% das matrículas por curso de institutos federais e universidades federais de educação, ciência e tecnologia a alunos vindo integralmente do ensino médio público, tanto regulares quanto educação de jovens e adultos (EJA), as demais 50% das vagas destinam-se a ampla concorrência.

A subdivisão desse montante reservado às cotas é organizada em metade para estudantes oriundos de escolas públicas que possuem renda familiar bruta inferior ou igual a um salário-mínimo e meio per capita e sua outra metade a estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta superior a um salário-mínimo e meio. Todas as opções também consideram, em percentual mínimo, a soma de pretos, pardos e indígenas de acordo com a última atualização do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no estado.

Juntando a esses pensamentos, vamos entrar na era moderna das nossas Universidades Federais e enxergar como vem sendo debatido entre os graduandos o sistema de cotas nessas instituições.

### 3. Método

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL,1996, art. 1º)

Essa declaração extraída das diretrizes do Ministério da Educação, especificamente a Lei 9.394/1996 do Congresso Nacional (BRASIL,1996), referente a base da educação nacional é para entendimento da importância da educação em todos os aspectos para formação de pessoas.

Inicia-se então, uma pesquisa sobre o Sistema de Cotas diante de estudos oriundos de teses, artigos, dissertações e trabalhos de conclusão de curso de universitários de todo Brasil para identificar o quantitativo de trabalhos desenvolvidos sobre o respectivo tema e suas variantes, alinhados com a premissa de serem Contra ou A Favor do sistema implementado em 2012 nas universidades brasileiras.

Usando como fonte de pesquisa o site Google Acadêmico que nos auxilia na busca de artigos, livros digitais ou revistas científicas e coletando nele informações precisas para a pesquisa:

O Google Acadêmico ou Scholar é um mecanismo virtual de pesquisa livremente acessível que organiza e lista textos completos ou metadados da literatura acadêmica em uma extensa variedade de formatos de publicação. Lançado em uma versão beta em 2004, inclui a maior parte de revistas e livros online revisados por pares, artigos de conferência, pré-impressões, teses e dissertações, resumos, relatórios técnicos e outras literaturas acadêmicas, entre elas, pareceres de tribunais e patentes<sup>[1]</sup>. Embora o tamanho do banco de dados do Google Scholar não seja divulgado pelo Google, pesquisadores cientométricos estimaram que ele contenha cerca de 389 milhões de documentos, tornando-se o maior mecanismo de pesquisa acadêmica do mundo em janeiro de 2018.<sup>[2]</sup> Em maio de 2014, o tamanho de seu acervo era estimado em 160 milhões de documentos (WIKIPÉDIA, 2022)

1. Utilizando como palavras chaves de pesquisa “política de cotas” e “universidades” para chegar aos trabalhos propostos pelo site.
2. Na aba DATA, foi inserido inicialmente os anos de 2012 – 2013, como início da vigência da lei implementada, onde foi identificado os trabalhos com o tema de Lei de Cotas.
3. A partir dessa identificação, foram extraídos dos 131 trabalhos e incluídos em uma base de dados no Microsoft Excel, as seguintes informações:
  - 3.1. Título (para validar o tema do trabalho com o objeto de estudo);
  - 3.2. Ano de publicação (validando se estava dentro as datas propostas para o estudo);
  - 3.3. Tipo do Trabalho (se era um artigo, tese, dissertação ou tcc);
  - 3.4. Resumo (para obter uma demonstração do trabalho publicado e mais a frente utilizar as palavras como indicativo do direcionamento dos trabalhos sobre as suas polaridades);
  - 3.5. Polaridade (analisar se os trabalhos estão sendo propostos Contra ou A Favor da Lei de Cotas, implementada nas universidades);
  - 3.6. Instituição do Autor (verificando se é um trabalho de pesquisa acadêmica);
  - 3.7. Gênero do Autor (identificar o gênero – feminino ou masculino - do autor do trabalho publicado);
  - 3.8. Autor (nomear quem pesquisou e escreveu sobre o trabalho publicado);
  - 3.9. Estado Publicado (analisar de qual estado brasileiro foi retirado esse pensamento);
4. E em seguida foi feito, utilizando a aba DATA para a pesquisa dos mesmos Artigos, Teses, Dissertações e Trabalho de Conclusão de Curso para os anos de 2021 – 2022, no intuito de fazer um comparativo das produções em diferentes datas, uma década após a implementação da Lei.

Através das pesquisa, concluiu-se o banco de dados no Microsoft Excel absorvendo um total de 131 trabalhos (69 artigos, 19 dissertações, 34 tcc e 09 teses) extraídos da fonte do Google Acadêmico, utilizando a classificação de pesquisa nas palavras chaves “política de cotas” e “universidade” e importando esse mesmo banco de dados para a linguagem de programação R (R-core, 2021).Essa linguagem de programação é utilizada em coletas de dados, análises estatísticas construção de gráficos.

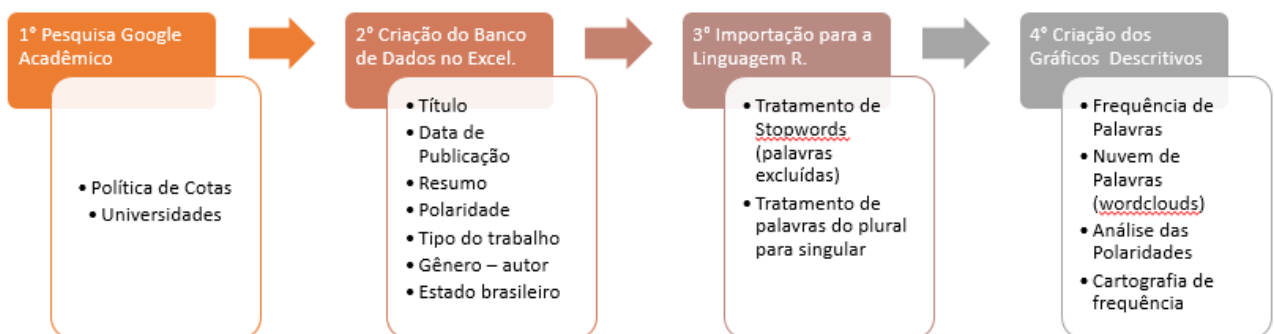
Veja um exemplo do banco de dados criado no Excel, abaixo:

TÍTULO	DATA	TIPO	RESUMO	POLARIDADE	INSTITUIÇÃO	GÊNERO	AUTOR	ESTADO
Política de cotas: emancipação ou amortecimento?	2012	ARTIGO	O presente texto discute a implementação da política de cotas étnico-raciais como mais uma estratégia do capital em seu estágio atual para passar a luta da class.	CONTRA	UFRJ	FEMININO	JANETE LUZIA LEITE	RIO DE JANEIRO
O decênio da Lei de Cotas: uma análise da política afirmativa como ferramenta de combate à desigualdade no Brasil	2022	TCC	O presente trabalho monográfico se propõe a investigar a política de cotas raciais, através da Lei nº 12.711/2012, após uma década de sua publicação	Á FAVOR	UFC	MASCULINO	OLAVO MAGALHÃES NETO	CEARÁ

**Figura 1** – Amostra da base de dados criada no Microsoft Excel.

**Fonte:** A Autora.

Para melhor entendimento de todo o processo de construção dos resultados, criou-se um alinhamento de cada etapa. Nele consiste inicialmente as etapas de extração das informações, passando para a criação do banco de dados em Excel, o mesmo foi importado para a Linguagem R com as tratativas necessárias de palavras comuns e sem significado para a análise, gerando os resultados descritivos em gráficos, nuvens de palavras, frequência da polaridade e cartografia.



**Figura 2** – Processo de coleta de informações e criação dos resultados.

**Fonte:** A Autora.

Nesse processo de tratativa das informações inseridas na linguagem R, iniciamos com as Palavras Excluídas ou Stopwords que são aquelas palavras utilizadas comumente e com pouco significado para a relevância da pesquisa, de fato, são palavras sem conexão com a pesquisa proposta. Palavras essas, que são usadas para unir outras ou conjugações de verbos. Essas palavras se encontram no anexo 1.

*Exemplo: pronomes, provérbios, preposições, artigos e advérbios.*

Uma vez que o processo de coleta de dados pode apresentar problemas, como erros de digitação, por exemplo, técnicas de limpeza destes dados se fazem necessárias no sentido de garantir a qualidade deles. Este processo também pode ser utilizado para outros fins, como a remoção de valores inválidos para determinados atributos. (Morais, 2007, p.4)

Seguindo essa teoria, conclui-se a limpeza dos dados com as palavras em plural que passam para o singular, essas são palavras iguais, escritas no plural que foram transformadas em singular para maior absorção do quantitativo delas. Assim, as palavras com terminações em “s”, “ôs”, “es”, foram transformadas em palavras no singular.

*Exemplo: universidades – universidade/ políticas – política / cotas – cota/ cidadãos – cidadão*

A partir dessas tratativas, o processo de criação dos resultados se encaminha para os gráficos descritivos, que descreveram com maior detalhe todas as informações que o banco de dados pode oferecer, com a Nuvem de Palavras que é uma classificação de palavras em destaque, nesta formação as palavras mais utilizadas dentro do TÍTULO dos trabalhos pesquisados são absorvidas e colocadas em evidência numa junção de palavras em formato de nuvem e para uma maior visibilidade da sua importância.

Segundo Rosana Vilela (2020, Revista Millenium, p 29-36):

As nuvens de palavras são, portanto, representações gráfico-visual que mostram o grau de frequência das palavras em um texto. Quanto mais a palavra é utilizada, mais chamativa é a representação dessa palavra no gráfico. As palavras aparecem em fontes de vários tamanhos e em diferentes cores, indicando o que é mais relevante e o que é menos relevante no contexto.

Já para os gráficos descritivos, eles serão divididos por categorias, assim tem-se uma melhor análise do que as informações querem nos falar. O Gráfico por polaridade é utilizado para identificar a diferenciação dos trabalhos pesquisados, voltados para a tese de grupos de aceitação ou contrários a Lei de Cotas.

Neste estudo o objetivo secundário foi identificar como esta a polaridade dos trabalhos publicados que seria o quantitativo de trabalhos com relevância voltada para “Contra” ou “À Favor” do Sistema de Cotas implementado em 2012 e extraídos do Google Acadêmico que é a nossa fonte de pesquisa na montagem do banco de dados, com isso utilizando a linguagem de programação gráfica e estatística R, chegamos ao gráfico que representa esse quantitativo por polaridade. A polaridade nesta pesquisa tem sua expressiva relevância, pois contribui para adentrarmos no universo acadêmico entendendo qual a proporção desses rivais teóricos.

No gráfico por ano de publicação, sua serventia está voltada para identificar o quantitativo de trabalhos por cada ano estipulado nesta pesquisa, extraídos da fonte de dados pela sua data de publicação, esse gráfico é mais um quesito importante para o destrinchar das análises, sendo mais um item do banco de dados criado no Excel e importado para a linguagem de programação gráfica e estatística R, ele é diferenciado pelo quantitativo de trabalhos atribuídos pelos anos 2012, 2013, 2021 e 2022.

O gráfico por ano de publicação e polaridade é uma junção básica dos dois temas acima descritos, com o intuito de verificar o quantitativo de trabalhos publicados e extraídos da fonte de pesquisa, o Google Acadêmico, e importados para a linguagem de programação gráfica e estatística R separados pela sua polaridade, ou por assim dizer, grupos de aceitação ou verbalização contrária ao Sistema de Cotas analisado por cada ano de publicação.

O próximo em questão é o gráfico por ano de publicação e tipo de trabalho, nele se utiliza os termos por ano de publicação dos trabalhos pesquisados juntamente com os tipos de trabalhos identificados na pesquisa realizada na fonte de dados, o Google Acadêmico, esse quesito também se encontra no banco de dados e está distribuído em quatro tipos: ARTIGO, TESE, DISSERTAÇÃO e TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO. Este gráfico seguirá como análise do quantitativo dos tipos de trabalho por cada ano especificado.

Cria-se então, a rede de co-ocorrência que é utilizada para analisar as ligações entre os trabalhos extraídos na base de dados. É um estudo aprofundado dos pontos e conexões das redes, a fim de mapear os relacionamentos através do fluxo de informações (BARROS; GAMA; FERNANDES, 2014)

Para Borgatti, Everett e Johnson (2013), são uma forma de pensar sobre sistemas sociais e focam as relações entre os entes que compõem o sistema, chamados de atores ou nós. Estes nós possuem características, denominadas 'atributos', que distinguem um nó do outro, e podem ser indivíduos ou coletividades. E as relações entre os nós, que são os laços ou links, também com características próprias, entrelaçam-se criando uma teia. As espessuras desiguais dos traços mostram as diferenças do relacionamento entre os atores, ou seja, quanto mais espessa, maior é a qualidade desta relação.

Essa rede possibilita analisar mais profundamente as conexões entre as palavras, sabendo-se que a tendência das ligações é a comprovação de termos interligados.

Por último, mas não menos importante, temos a cartografia de frequência que é um mapeamento do quantitativo de trabalhos extraídos por cada estado brasileiro, que será analisado em forma de mapa territorial para a percepção das regiões que mais contribuem para esta pesquisa e quais as áreas com maior índice desse tema em pauta.

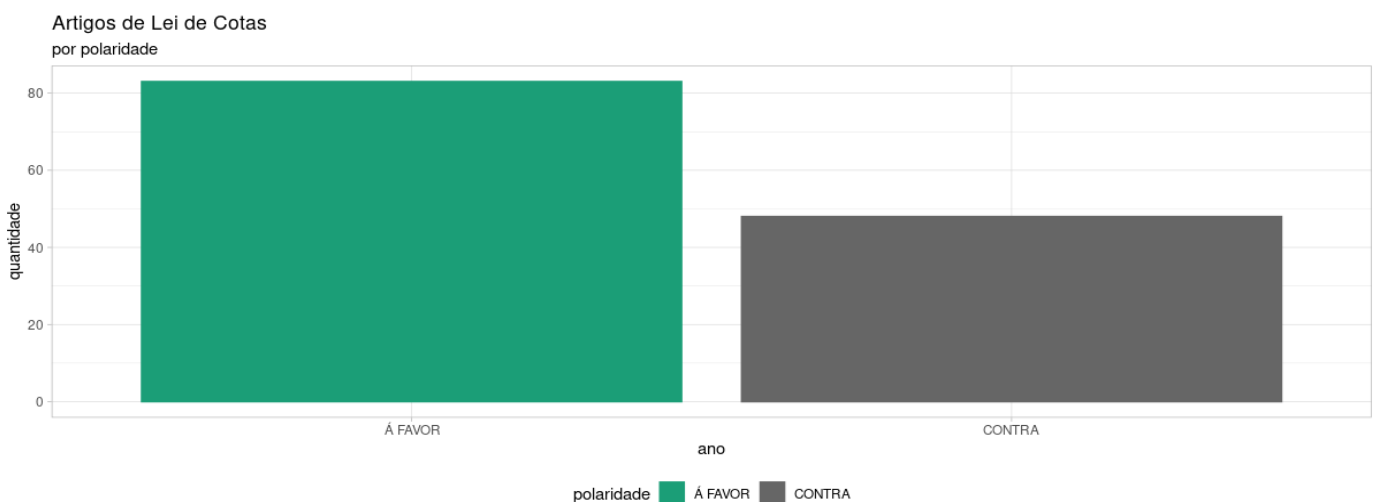
## 4. Resultados de Pesquisa

Neste capítulo será mostrado, graficamente, todos os resultados obtidos usando a linguagem de programação R, a partir das informações extraídas do Google Acadêmico e organizadas no banco de dados criado pelo Excel. Usando a linguagem R com as suas especificações para se chegar aos determinados resultados propostos para melhorar esclarecimento da pesquisa, a fim de analisar a relevância dos dados para uma análise acadêmica de melhoria contínua do assunto proposto.

### 4.1 Gráfico por Polaridade

Analisando o gráfico abaixo, é possível verificar que de 131 trabalhos obtidos para essa pesquisa, 83 trabalhos foram de autores que verbalizaram ser “A Favor” do Sistema de Cotas implementado em 2012 e 48 trabalhos foram de autores que verbalizaram ser “Contra” o Sistema de Cotas, o que pode-se afirmar que mesmo os discentes dos anos iniciais a vigência da Lei 12.711/2012 e os discentes dos anos mais atuais (2021-2022) apresentam um quantitativo superior de aprovações a lei que faz com que se acredite que os discentes estão se encaminhando a um entendimento do que a lei é proposta e a mesma tem se seguido fiel ao que se refere a ser um facilitador de ingresso de novos alunos as Universidades do país.

Vale lembrar que esse gráfico não tem distinção pelo ano de publicação, apenas um quantitativo do total de trabalhos extraídos, classificando pela observância de ser “A Favor” ou “Contra”.



**Gráfico 1** – Amostra por polaridade.

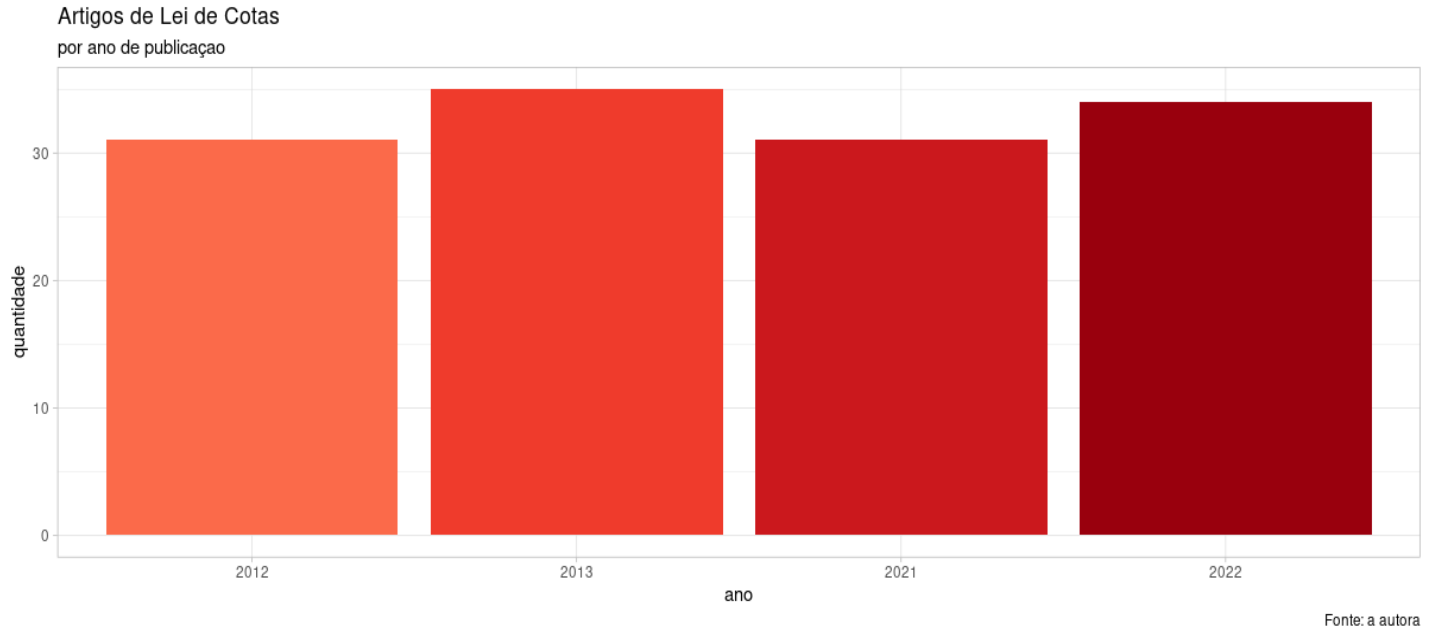


## 4.2 Gráfico por Ano de Publicação

Neste gráfico é possível verificar os mesmos trabalhos apresentados no gráfico acima, mas separados pelos seus anos de publicação. Nele foi dividido o quantitativo de trabalhos escritos pelos discentes em quatro datas: 2012, 2013, 2021 e 2022, sendo classificados pelos anos iniciais de vigência da lei e os anos mais recentes para observação de mudança de pensamento dos discentes em uma década de aplicação da lei.

Dessa forma é notoriamente apresentado que os anos de 2012 (31) e 2021 (29) possuem quase que exatamente o mesmo número de trabalhos publicados com o determinado tema, assim como os anos de 2013 (35) e 2022 (30), concluindo que mesmo após uma década de aplicação da lei, ela ainda é pauta de estudo entre os discentes das universidades brasileiras na mesma proporção que no seu início.

Enfatizando ainda que o tema proposto, para o estudo desta pesquisa, se mantém na constância entre os discentes.



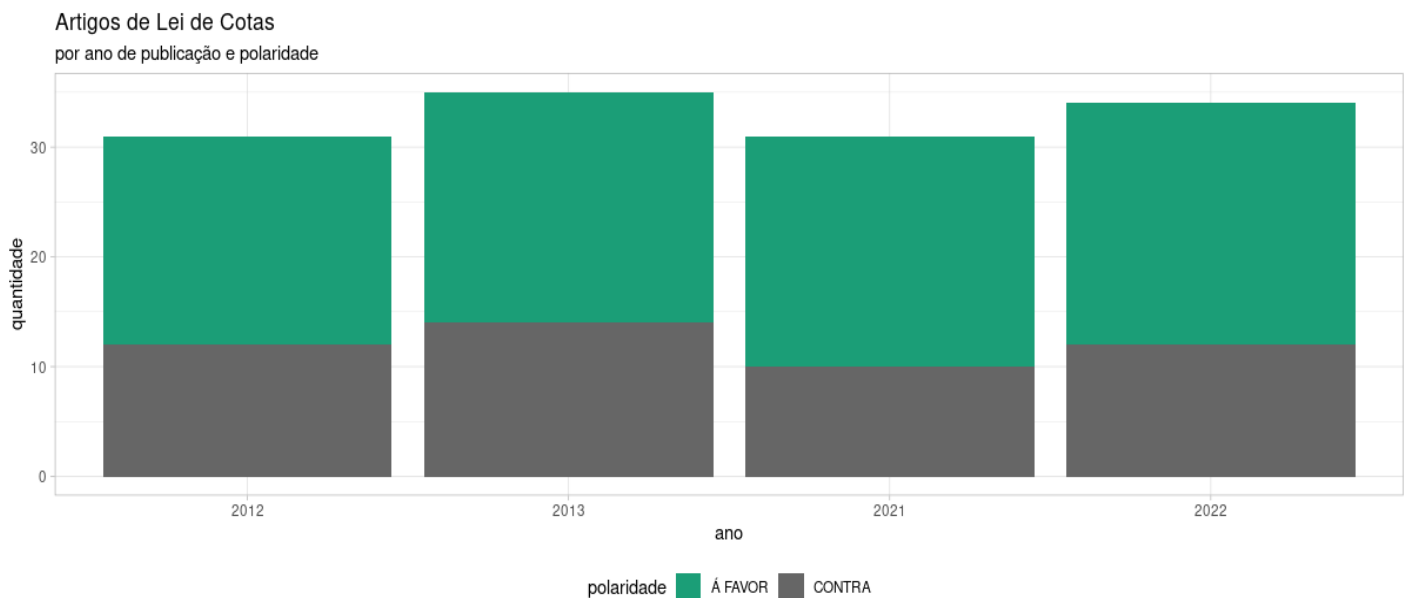
**Gráfico 2** – Amostra por ano de publicação.

### 4.3 Gráfico por Ano de publicação X Polaridade

Neste gráfico está sendo analisado os dois termos amostrados acima de forma que se mostre juntos a sua relevância e é notória que a quantidade de trabalhos publicados durante o ano de 2013 foi maior que os demais anos e é visível que essa quantidade interferiu no quantitativo dos trabalhos publicados com a observância de serem “A Favor” (21) ou “Contra” (14) o Sistema de Cotas em 2013.

Sabe-se que entre os discentes esse assunto ainda é uma pauta, mas a sua intensidade se dou no ano de 2013, de acordo com esta pesquisa, mostrando que mais discentes estávamos discursando sobre o tema e ainda estarem a favor da implementação dele.

Ainda assim, não devemos deixar de destacar que o ano de 2022 (19 “a favor”, 11 “contra”); se seguiu quase igual ao ano de 2013, contando com a mesma importância dez anos após a implementação da lei. Já os anos de 2012 e 2021 seguiram o quantitativo de: 19 “a favor”, 12 “contra” e 20 “a favor”, 9 “contra” – respectivamente. Acrescentando que esse resultado corrobora a ideia que existe um duelo de percepções que ao longo dos anos se mantém em equilíbrio.



Fonte: a autora

**Gráfico 3** – Amostra por ano de publicação e polaridade

#### 4.4 Gráfico por Ano de Publicação X Tipo de Trabalho

Neste gráfico está disposto os tipos de trabalhos coletados no Google Acadêmico, são eles: Artigo, Dissertação, Tese e Trabalho de Conclusão de Curso. Onde pode-se observar que durante os anos de análise teve-se uma oscilação de trabalhos publicados de acordo como seu tipo, mas sempre sobressaindo os Artigos como predominância em todos os anos,

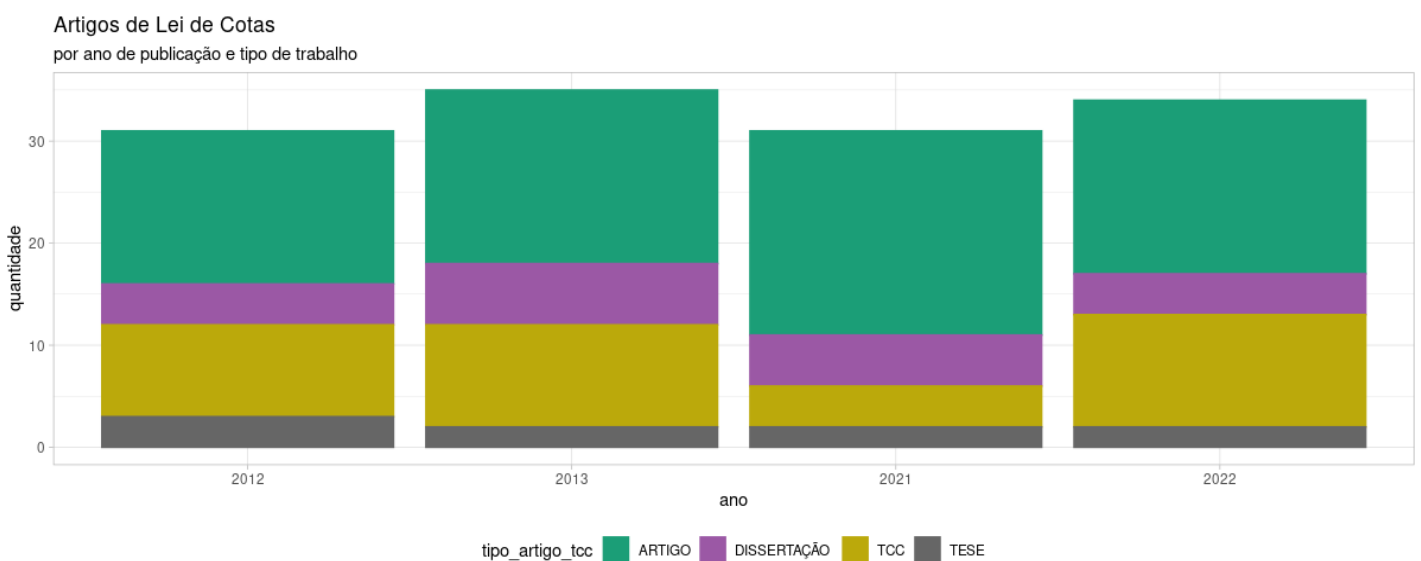
2012: 15 artigos, 04 dissertações, 09 tcc e 03 teses;

2013: 17 artigos, 06 dissertações, 10 tcc e 02 teses;

2021: 17 artigos, 05 dissertações, 04 tcc e 02 teses;

2022: 20 artigos, 04 dissertações, 11 tcc e 02 teses;

Concluindo assim, que este tema segue sendo pauta nas publicações de artigos em revistas científicas e seguido pelos trabalhos de conclusão de curso em graduações pelo país. Outra forma de análise desse dado é interpretar que artigos são, em sua maioria, escritos por docentes e trabalho de conclusão de curso por discentes que mostram essa alta intensão de não deixar que o tema vire pauta dentro do meio acadêmico. Ainda seguindo a linha de análise sobre a polaridade entre os anos, podemos abrir uma outra brecha de pensamento sobre os docentes que estão publicando os artigos de hoje serem os discentes que se dispuseram a dialogar sobre o tema, 10 (dez) anos atrás.



**Gráfico 4** – Amostra por ano de publicação e tipo de trabalho.

## **4.5 Nuvem de Palavras**

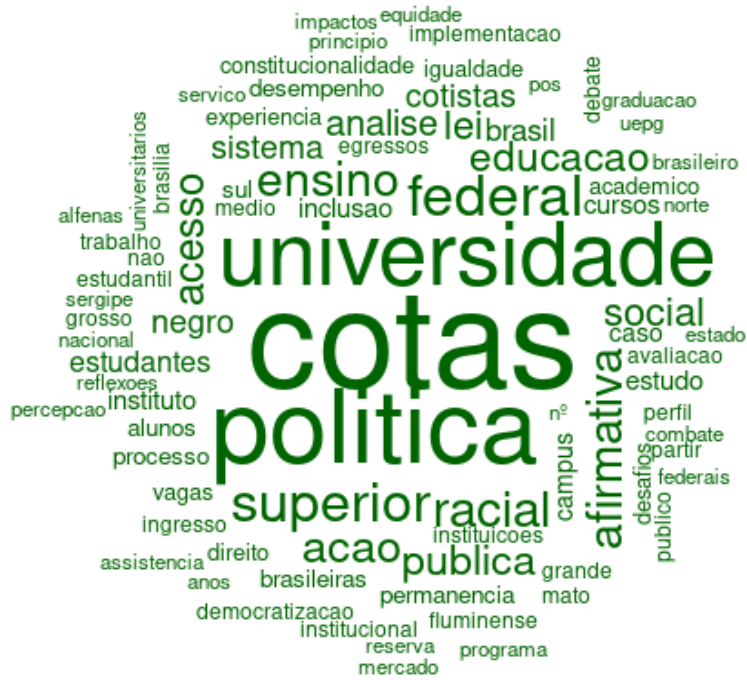
Conforme foi descrito na metodologia, foi realizada uma nuvem de palavras. A interpretação se dá pela tonalidade das palavras em destaque de acordo com o quantitativo de citações de cada uma. Com isso, formam-se as nuvens que vemos a seguir:

### **4.5.1 Nuvem de Palavras Geral**

Agregando todos os títulos dos trabalhos localizados no banco de dados, onde pode-se observar a relevância e predominância das palavras “Cotas”, “Política”, “Universidade” e “Federal”, palavras de extrema importância para a observação deste estudo, concluindo a análise de foco nas Cotas entre os alunos de Universidades Federais de forma que siga a proposta das Políticas Públicas. Ou seja, temos um grupo acadêmico que se dispõe a discorrer sobre o tema de cotas de forma muito agregada as políticas e as universidades, onde traz a importância da existência da Lei as Universidades.

Analisando mais a fundo vemos as palavras de menor destaque,mas com muita relevância, voltada para localidades específicas de ontem se tem dado importância ao tema, seja pela sua implantação ou necessidade de estudo. Exemplos: Alfenas (município de Minas Gerais); Brasília, Sergipe e Mato Grosso (estados brasileiros); UPEG (universidade brasileira); Norte e Sul (regiões brasileiras).

Ainda temos palavras de cunho político que levantam uma teoria de importância ao Sistema de Cotas, que norteia o pensamento de necessidade da lei, voltando-se aos menos favorecidos no sistema educacional brasileiro: egresso, combate, equidade, assistência, acesso, inclusão e social.



**Figura 3** – Nuvem de palavras em conotação geral.

#### 4.5.2 Nuvem de Palavras – Positivas

Neste resultado, isolamos no banco de dados os trabalhos que foram analisados como “A Favor” do Sistema de Cotas e a implementação da lei dentre os anos de 2012, 2013, 2021 e 2022.



**Figura 4** Nuvem de palavras em conotação positiva.

Aqui, pode ser observado que as palavras “cotas”, “política” e “universidade” são predominantes na intensidade da cor e tamanho em relação as demais palavras, mas ainda é perceptível palavras importantes com o mesmo cunho político observado na nuvem demonstrada anteriormente. Palavras que determinam que os trabalhos analisados como de forma positiva são voltados para equidade de acesso em favor da lei que veio proporcionar o ingresso dos alunos de escolas públicas, negro, indígenas e Exemplo: social, percepção, democratização, sistema, negro e constitucionalidade.

#### 4.5.3 Nuvem de Palavras – Negativas

Nesta nuvem, isolamos os títulos dos trabalhos que são classificados de forma negativa que são “Contra” ao Sistema de Cotas, a implementação da lei e suas consequências ou falta de suporte aos alunos que ingressam nas universidades.



**Figura 5** – Nuvem de palavras em conotação negativa.

Pode ser observado então, que dentre as palavras que se utilizou, para se desenhar esta nuvem, as que mais tiveram relevância também foram as mesmas que teve destaque na percepção positiva dos trabalhos analisados. Mas tem seu destaque nesta nuvem, 3 (três) palavras que traduzem toda a ideia de quem se propoem num debate a ser contra o Sistema de Cotas: desempenho, desafio e permanência.

Assim como dito por Rosemberg (2004,p.5) “o passado escravista, associado à manutenção de um sistema político e educacional pouco democrático, são as bases históricas para se entender as intensas desigualdades educacionais observadas na educação brasileira contemporânea. Porém, ao peso do passado escravista devem ser adicionadas as condições educacionais contemporâneas.”

Diante dessa declaração é possível entender a brecha causada nos autores dos trabalhos analisados que visam essas duas palavras dentro do conceito de serem contra a Lei de Cotas. O desempenho do novo aluno cotista que se depara com os desafios da graduação e os obstáculos que enfrenta para a sua permanência.

## 4.6 Ranking de Palavras

Neste resultado é possível viabilizar as nuvens de palavras mostradas nos resultados anteriores. Pode ser analisado ainda, o quantitativo dessas palavras e sua escala de frequência.

### 4.6.1 Por Polaridade

Neste ranking estão sendo considerados todos os títulos dos trabalhos extraídos da fonte de dados e separados pelas pesquisas que se direcionam de forma “positiva” ou “negativa” ao Sistema de Cotas.

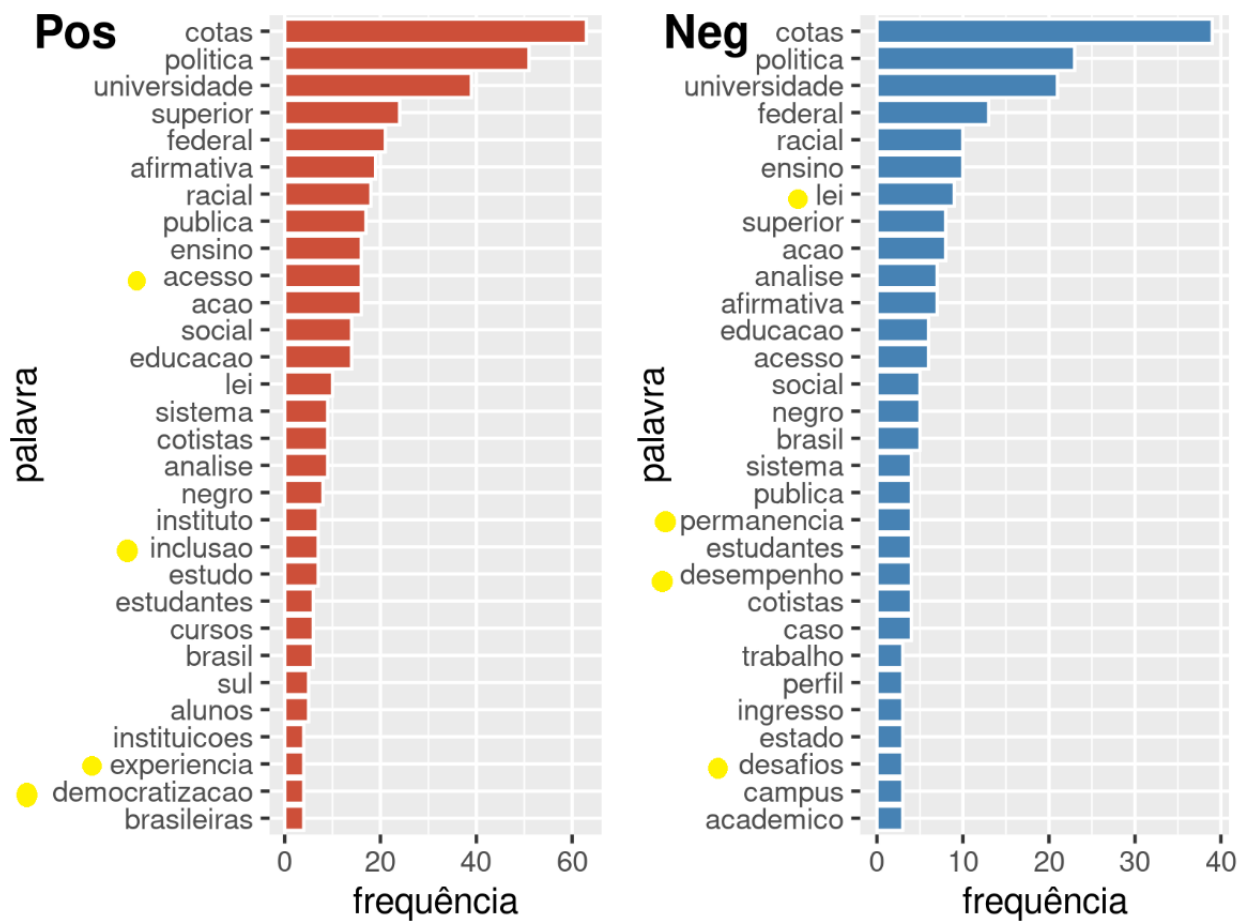


Gráfico 5 – Frequência de palavras positiva x negativa.



É interessante analisar da seguinte forma: existem palavras que se repetem em ambos os lados e as 3 (três) mais citadas são iguais, independente do seguimento do autor de cada trabalho.

Mas não se pode deixar de observar palavras que são de extrema relevância para esta pesquisa, palavras que mostram um direcionamento para cada lado da pesquisa, seja positiva ou negativa.

As palavras que se referem são as sinalizadas com um ponto amarelo em cada ranking:

- Ranking Positivo: Acesso, Inclusão, Experiência e Democratização.

Nos leva a entender que os caminhos que ambos os autores dos trabalhos “A Favor” da Lei de Cotas, se direcionam ao favorecimento de acesso dos alunos cotistas, a uma melhor inclusão de alunos menos favorecidos no âmbito educacional, pela experiência que se tem ao ingressar numa universidade pública e pelo primordial estabelecido nesta lei, a democratização visando diminuir a desigualdade estudantil que tanto assombra a sociedade.

- Ranking Negativo: Lei, Permanência, Desempenho e Desafio.

Já nos autores dos trabalhos “Contra” a Lei de Cotas, temos palavras de reflexão e entendimento que por mais que o Sistema de Cotas tenha sido criado para anemizar os impactos da desigualdade educacional o país, tem que ser pautado que precisa ser feita uma melhor análise da Lei para termos a ciência de que ela vem sendo exercida da forma proposta, uma outra análise de como vem sendo a permanência desses alunos depois que ingressam as universidades, a verificação do seu desempenho diante do novo universo estudantil e os desafios que esses discentes enfrentam no dia a dia.

#### 4.6.2 Por Ano de Publicação

Neste ranking são analisados de forma separadas os trabalhos extraídos pelo seu ano de publicação. Como o foco desta pesquisa é a análise da mudança de pensamento pelos anos de publicação de cada trabalho coletado para o banco de dados, podemos afirmar que essa conjuntura nos revela a resposta mais importante para esta pesquisa.

Nesta análise é perceptível que as principais palavras citadas nos trabalhos, tanto em 2012 (início da vigência da lei) quanto em 2022 (anos atuais) são iguais, voltadas para as cotas, universidades e políticas.

Mas vale analisar um expressiva diferença entre os anos, ao destrinchar as palavras. Em 2012 o foco era sobre as questões raciais, sociais, de inclusão dos novos alunos e pela igualdade de acesso para os novos discentes das universidades.

Já em 2022, os autores atuam na percepção da lei, como ela vem atuando depois de 10 (dez) anos da sua implementação, voltando para a análise das afirmativas e como vem progredindo.

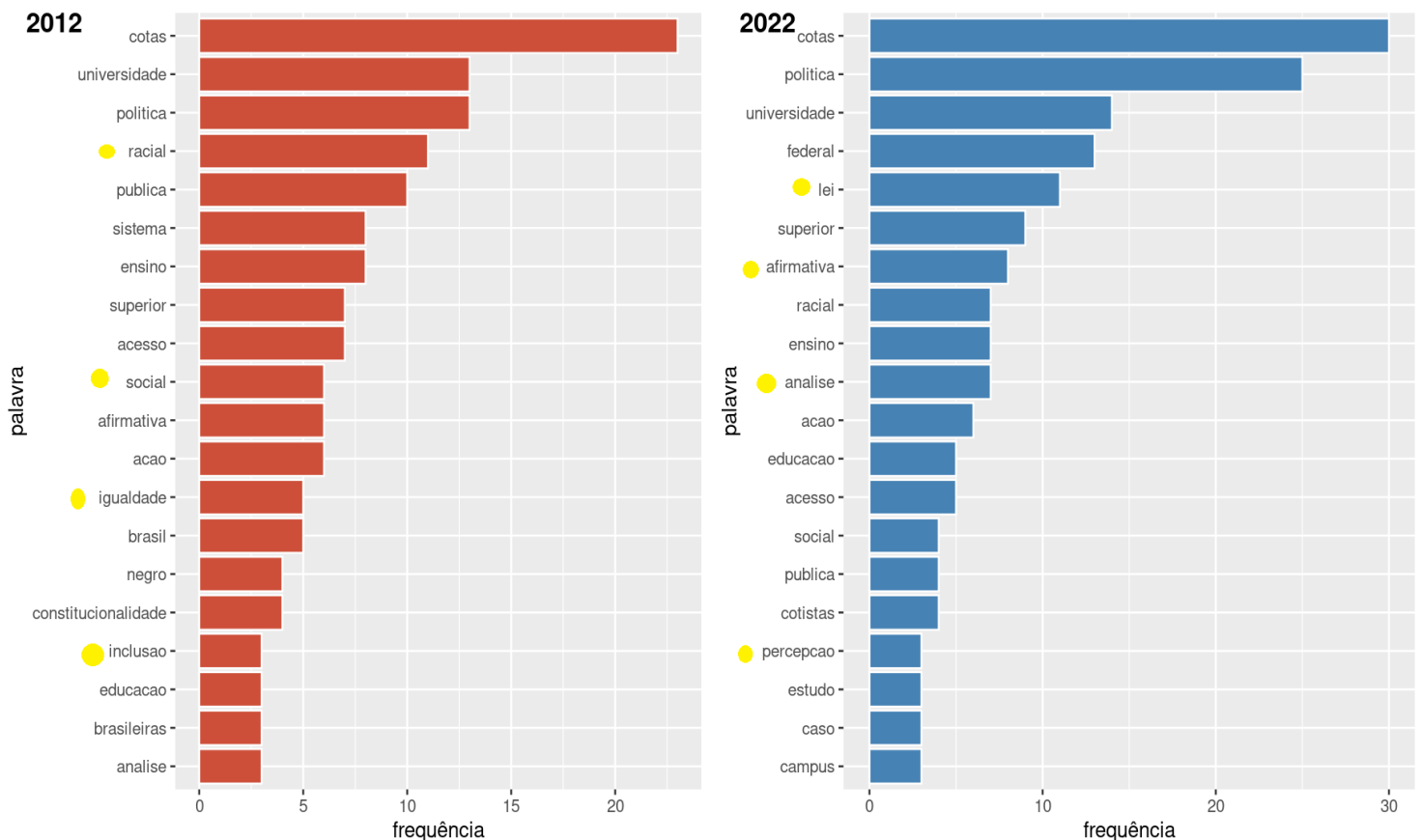


Gráfico 6 – Frequência de palavras 2012 x 2022.

#### 4.7 Rede de Co-ocorrência de Termos

Uma rede de co-ocorrência é uma análise baseada na ligação de cada palavra tem dentro do contexto estudado. Neste contexto foram analisadas as palavras de todos os títulos dos trabalhos contidos na base de dados para se chegar na rede abaixo:

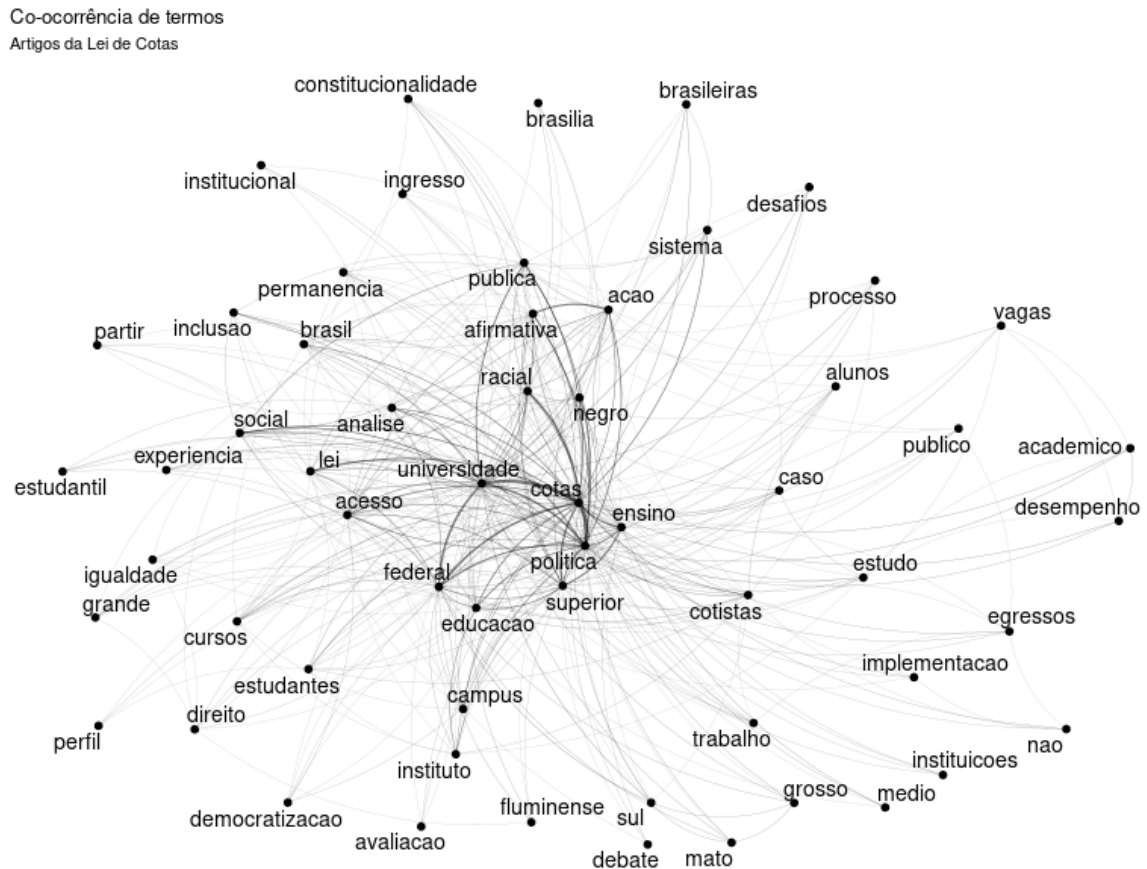


Figura 6 – Rede de Co-ocorrência dos termos.

O ponto a ser destacado nessa análise é a proximidade das palavras, temos uma diversidade de palavras e ambas se complementam.

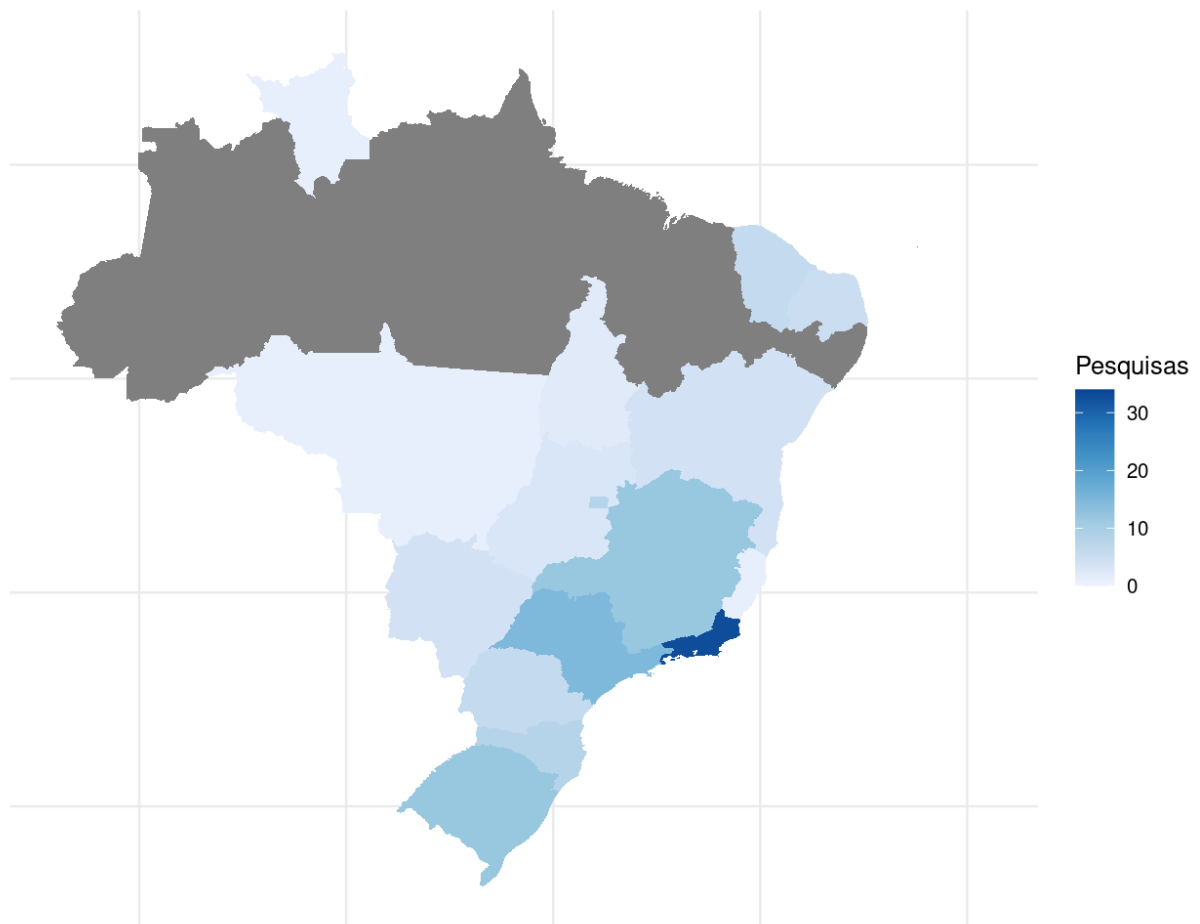
Exemplo: a palavra “cotas” faz relação direta com as palavras “política”, “universidade”, “federal”, “racial” e “ensino” que são de muito valor político e relevante para esse estudo. Isso revela que essas palavras foram usadas com frequência uma seguida da outra, em diversos trabalhos.

Outra análise interessante é a ligação das palavras “social”, “igualdade”, “pública” e “inclusão” que reflete na concepção de que quase todos os autores que indicam a palavra “social” em seus trabalhos tem o mesmo direcionamento do Sistema de Cotas ser um caminho de igualdade e inclusão para os discentes ingressos nas universidades

#### 4.8 Mapa de Distribuição dos Trabalhos Publicados

Aqui, nesta análise, é uma visualização do mapa do país e os estados com trabalhos

Quantidade de pesquisas sobre cotas por UF, 2012/2022



coletados no banco de dados, sinalizados em cores pela sua frequência de pesquisas.

**Figura 7** – Mapeamento do quantitativo de trabalhos coletados por estado.

Neste mapa pode se afirmar que pelo quantitativo de trabalhos analisados no banco de dados pelas regiões, a maior incidência (dentre outros estados com trabalhos sobre o tema) está na região Sudeste do país nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e na região Sul do país no estado do Rio Grande do Sul.

Outra análise que deve-se fazer é que as regiões Sul e Sudeste, com predominância dos trabalhos coletados, possuem maior quantidade de Universidades Públicas que contribuem para a notoriedade do assunto voltado para Políticas Públicas dentre o corpo acadêmico.

Uma dessas Universidades é a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), que implementou a política de cotas antes mesmo da criação da Lei de 2012.

“A Uerj foi pioneira na implantação da política de cotas. No ano 2000, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou a Lei 3.524, que passou a reservar 50% das vagas para estudantes egressos de escolas públicas. Já em 2001, a Lei 3.708 destinou 40% das vagas para candidatos autodeclarados negros. A Lei 8.121/2018, em vigor atualmente, estabelece a cota mínima de 20% para negros, indígenas e quilombolas.” (Tags UERJ: Cotas Raciais, 2018).

## 5. Conclusão

Como destrinchado neste estudo, o Sistema de Cotas foi implementado em 2012 para todas as universidades brasileiras, com o intuito de anemizar a desigualdade estudantil neste país e promover o ingresso de novo alunos de baixa renda, escolaridade básica pública e negros, pardos e indígenas ao mundo acadêmico da graduação.

Rosemberg mostra teoricamente em sua tese, que sempre houve essa desigualdade racial desde a era dos escravos e herdamos isso, o que vem gerando uma bola de neve de questões raciais sobre os jovens estudantes.

Este estudo nasce com o seu objetivo geral de analisar se nossos discentes e docentes vem debatendo esse sistema desde a sua implementação, ano de 2012/2013 e se eles mantêm a sua tese de que são “Contra” ou “A Favor” da Lei de Cotas nos anos atuais de 2021/2022. Vale ressaltar que a polaridade tem a ver com viés dos trabalhos descritos e inseridos nas informações analisadas.

Para se chegar ao resultado proposto no objetivo, foi feita uma coleta de dados no site GOOGLE ACADÊMICO, extraindo pelas palavras-chaves “política de cotas” e “universidade” e dividindo pelos anos de 2012/ 2013 - 2021/ 2022. Diante dessa coleta, foi criado o banco de dados no Microsoft Excel e utilizado um método quantitativo para a observância das variantes e determinar os resultados.

Esse método quantitativo proporcionou a verificação e análise de fatos importantes sobre os dados coletados, evidencia que o tema desta pesquisa segue sendo pauta importante entre os discentes e docentes das universidades, mesmo após uma década da implementação da lei. Também é possível analisar que o grupo de trabalhos avaliados como aceitação do Sistema de Cotas é maior do que o número de trabalhos avaliados como contra o sistema.

Por tanto, é perceptível que os termos usados pelos grupos de negativa ao sistema tem mudado, antes era voltado pela questão racial e da desigualdade estudantil, mas visto pelo grupo de aceitação como uma necessidade de inclusão. Já nos anos atuais o grupo de negativa tem visado a qualidade de permanência desses discentes e os desafios enfrentados por quem ingressa numa Universidade Pública e o grupo de aceitação, por sua vez, vem firme no seu propósito de igualdade entre os jovens.

Analisando territorialmente, vemos uma região Sudeste e uma região Sul muito mais atuante nas questões de políticas públicas e isso é concreto desde a implementação das cotas raciais na UERJ, muito antes da criação da lei em 2012.

Cria-se aqui uma implicação do tema abordado, assim como teoricamente dito, é preciso analisar a continuidade do Sistema de Cotas, fortalecendo a ótica sobre a gestão pública em questão e ter a percepção de que está sendo levada a sério nos termos da lei.

Fica aqui registrado uma continuidade para esta pesquisa: analisar ano após ano o que os discentes e docentes vem debatendo sobre o tema e como tem sido a polaridade desses trabalhos propostos. Assim teremos uma visão mais holística da problemática, se assim podemos chamar, e ter um norte para seguirmos com alguma tratativa necessária ao assunto.

## Referências

AÇÃO AFIRMATIVA NO ENSINO SUPERIOR, <https://www.adusp.org.br/>

Acesso em 10.01.

BARROS, C.; GAMA, R.; FERNANDES, R. Conhecimento, redes e universidades: as redes de colaboração científica das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra. In: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONGRESS, 20., 2014, Évora, Anais...Évora: University of Évora, 2014. p. 1 - 20. Acesso em 14.01

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008.

Acesso em 07.01

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; JOHNSON, J. C. Analyzing social networks. Los Angeles: Sage, 2013. Acesso em 14.01

BRASIL (1996), Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

Acesso em 10.01

BRASIL. (2005). Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni. Disponível em:

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/lei/L11096.htm).

Acesso em 20.12

BRASIL. (2007). Decreto no. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em:

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm).

Acesso em 20.12

BRASIL. (2012a). Lei no. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br/cotas/docs/ lei\\_12711\\_2012.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_2012.pdf).

Acesso em 10.01



CAPRARA, Bernardo. Classes Sociais e Desempenho Educacional no Brasil. 2017. 258f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017. Disponível em: <Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172397> >

Acesso em: 07.01

E.A.M. MORAIS. Mineração de Texto. Relatório Técnico Inf 005/07. Universidade Federal de Goiás, 2007. Disponível em: [https://ww2.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF\\_005-07.pdf](https://ww2.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF_005-07.pdf)

Acesso em: 16.01

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. (2013). Com 129 mil vagas, SISU amplia o acesso à universidade, 14 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://cafe.ebc.com.br/cafe/arquivo/sisu>>.

Acesso em 20.12

HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S. Applied Logistic Regression. 2nd ed. New York: John Wiley & Sons, 2000.

Acesso em 15.01

IBGE. (2011). Microdados do Censo Demográfico 2010. Brasília: IBGE.

Rosemberg, F. (2006). Ação afirmativa no Ensino Superior Brasileiro: Pontos para Reflexão. Disponível em: <http://www.acoesafirmativas.ufscar.br/arquivos/acao-afirmativa-no-ensino-superiorbrasileiro-pontos-para-reflexao-por-fulvia-rosemberg>.

Acesso em 15.12.

TAGS UERJ: COTAS RACIAIS

[https://www.uerj.br/uerj\\_tags/cotas-raciais/#:~:text=A%20Uerj%20foi%20pioneira%20na,vagas%20para%20candidatos%20auto-declarados%20negros.](https://www.uerj.br/uerj_tags/cotas-raciais/#:~:text=A%20Uerj%20foi%20pioneira%20na,vagas%20para%20candidatos%20auto-declarados%20negros.)

Acesso em 15.01

VILELA, R. B., RIBEIRO, A., & BATISTA, N. A. (2020). Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo: Uma aplicação aos desafios do mestrado profissional em ensino na saúde. *Millenium*, 2(11), 29-36. DOI: 10.29352/mill0211.03.00230

Acesso em 07.01

## ANEXO A – Lei 9.396/1996

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**

[Texto compilado](#)

[\(Vide Decreto nº 3.860, de 2001\)](#)

[\(Vide Lei nº 10.870, de 2004\)](#)

[\(Vide Adin 3324-7, de 2005\)](#)

[\(Vide Lei nº 12.061, de 2009\)](#)

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

[Regulamento](#)

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. [\(Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018\)](#)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. [\(Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021\)](#)

**Anexo B – Lei 12.711/ 2012****Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.**[Mensagem de veto](#)

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

[Regulamento](#)

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita .

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. ([Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016](#))

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita .

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. ([Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016](#))

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. [\(Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016\)](#)

Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

### Anexo C – Lista de Palavras Excluídas (Stopwords)

STOPWORDS	
"de" "a" "o"	"entre" "depois" "sem"
"que" "e" "do"	"mesmo" "aos" "seus"
"da" "em" "um"	"quem" "nas" "me"
"para" "com" "não"	"esse" "eles" "você"
"uma" "os" "no"	"essa" "num" "nem"
"se" "na" "por"	"suas" "meu" "às"
"mais" "as" "dos"	"minha" "numa" "pelos"
"como" "mas" "ao"	"elas" "qual" "nós"
"ele" "das" "à"	"lhe" "deles" "essas"
"seu" "sua" "ou"	"esses" "pelas" "este"
"quando" "muito" "nos"	"dele" "tu" "te"
"já" "eu" "também"	"vocês" "vos" "lhes"
"só" "pelo" "pela"	"meus" "minhas" "teu"
"até" "isso" "ela"	"tua" "teus" "tuas"
"nosso" "nossa" "nossos"	"houvermos" "houveram" "houvera"
"nossas" "dela" "delas"	"houveríamos" "haja" "hajamos"
"esta" "estes" "estas"	"hajam" "houvesse" "houvéssemos"
"aquele" "aquela" "aqueles"	"houvessem" "houver" "houvermos"
"aquelas" "isto" "aquilo"	"houverem" "houverei" "houverá"
"estou" "está" "estamos"	"houveremos" "houverão" "houveria"
"estão" "estive" "estive"	"houveríamos" "houveriam" "sou"
"estivemos" "estiveram" "estava"	"somos" "são" "era"
"estávamos" "estavam" "estivera"	"éramos" "eram" "fui"
"estivéramos" "esteja" "estejamos"	"foi" "fomos" "foram"
"estejam" "estivesse" "estivéssemos"	"fora" "fôramos" "seja"
"estivessem" "estiver" "estivermos"	"sejamos" "sejam" "fosse"
"estiverem" "hei" "há"	"fôssemos" "fossem" "for"
"havemos" "hão" "houve"	"formos" "forem" "serei"
"será" "seremos" "serão"	"tivéramos" "tenha" "tenhamos"
"seria" "seríamos" "seriam"	"tenham" "tivesse" "tivéssemos"
"tenho" "tem" "temos"	"tivessem" "tiver" "tivermos"
"tém" "tinha" "tínhamos"	"tiverem" "terei" "terá"
"tinham" "tive" "teve"	"teremos" "terão" "teria"
"tivemos" "tiveram" "tivera"	"teríamos" "teriam"